

PROMOÇÃO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DOCENTES ACERCA DAS PRÁTICAS E DESAFIOS

PROMOTING INCLUSION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: TEACHERS' PERCEPTIONS ABOUT PRACTICES AND CHALLENGES

ADRIANA INDRELI

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Foz do Iguaçu, PR, Brasil
Mestra em Ensino. E-mail: indreliadriana@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0003-8986-0540>

VANESSA LUCENA CAMARGO DE ALMEIDA KLAUS

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Foz do Iguaçu, PR, Brasil
Doutora em Educação em Ciências e Educação Matemática. E-mail: vanessa_matematica@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-8457-2871>

Submissão: 02-10-2025 - Aceite: 10-11-2025

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado que investigou as percepções docentes sobre as práticas para a promoção da inclusão na Educação Infantil. O estudo, desenvolvido nos Centros Municipais de Educação Infantil de Foz do Iguaçu, Paraná, buscou, à luz da perspectiva freiriana e orientado pelos pressupostos da ação e da reflexão, compreender como os professores percebem e viabilizam a inclusão de crianças com e sem deficiência nas salas de aula comuns. Os procedimentos metodológicos adotados incluem revisão bibliográfica, aplicação de questionário semiestruturado e análise das respostas com base no método de Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados revelam que, embora os professores demonstrem esforços pedagógicos para incluir crianças com deficiência, persistem desafios significativos, como a falta de apoio especializado, a necessidade de formação continuada e as dificuldades na adaptação das práticas pedagógicas. Verificou-se, ainda, que experiências e formações que envolvem o trabalho com a empatia, o afeto e a ética contribuem de maneira decisiva para a efetivação de práticas mais inclusivas. Com o intuito de contribuir com a realidade dos Centros Municipais de Educação Infantil, elaborou-se um plano de ação em formato de cartilha digital, a fim de apoiar a transformação das práticas docentes. Espera-se que os resultados apresentados possam provocar a conscientização sobre a importância de uma formação profissional voltada à inclusão, pautada na construção de uma prática educacional sensível e compromissada com a equidade.

PALAVRAS-CHAVE: CMEI. Inclusão Escolar. Formação Docente.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

ABSTRACT: This article presents the results of a master's research project that investigated teachers' perceptions of practices for promoting inclusion in Early Childhood Education. The study, conducted in the Municipal Centers for Early Childhood Education (CMEIs) in Foz do Iguaçu, Paraná, was guided by the Freirean perspective and grounded in the principles of action and reflection, aiming to understand how teachers perceive and implement the inclusion of children with and without disabilities in mainstream classrooms. The methodological procedures included a literature review, the application of a semi-structured questionnaire, and the analysis of responses using Bardin's Content Analysis method. The findings reveal that, although teachers demonstrate pedagogical efforts to include children with disabilities, significant challenges persist such as the lack of specialized support, the need for ongoing professional development, and difficulties in adapting pedagogical practices. The study also found that experiences and training involving empathy, affection, and ethics contribute decisively to the development of more inclusive practices. In an effort to support the context of the Municipal Centers for Early Childhood Education, an action plan was developed in the form of a digital booklet to assist in transforming teaching practices. It is expected that the results presented will raise awareness of the importance of professional training focused on inclusion, grounded in the construction of a sensitive and equity-driven educational practice.

KEYWORDS: CMEI. School Inclusion. Teacher Education.

Introdução

O crescente número de matrículas de crianças com deficiência nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) de Foz do Iguaçu, Paraná, impõe a necessidade de refletir e aprimorar as práticas pedagógicas para atender à diversidade presente nas salas de aula. Segundo dados do Censo Escolar de 2024 do Ministério da Educação, divulgados pela Rádio Senado, “Somente na educação infantil, o crescimento de matrículas entre 2020 e 2024 foi de 250% para creches e 235% para pré-escola” (Senado Federal, 2024). Esse cenário representa um alerta importante quanto à necessidade de compreender como os professores têm enfrentado os desafios da inclusão e quais estratégias pedagógicas vêm sendo planejadas e implementadas para garantir a participação efetiva de todas as crianças no processo educativo inclusivo.

Nesse contexto, este artigo — recorte de uma pesquisa de mestrado (Indreli, 2025), de abordagem qualitativa — busca, a partir de uma lente crítica pautada pelos pressupostos freirianos de reflexão e ação, que consideram a educação como um ato político e emancipador (Freire, 1996), apresentar resultados a partir da seguinte indagação: como os professores podem incluir crianças com deficiência e crianças sem deficiência nas salas de aula comuns da Educação Infantil?

O objetivo do estudo é apresentar percepções e práticas inclusivas adotadas por professores da Educação Infantil, identificando os principais desafios enfrentados no cotidiano escola, e refletir sobre as possibilidades de transformação da escola em um espaço que se pretende inclusivo. A concepção de inclusão, a partir de Mantoan (2003, p. 25), parte da defesa de que “[...] a educação é um direito inalienável de todos os indivíduos, independentemente de suas condições ou características”.

Acreditamos que a inclusão escolar não se limita a inserir crianças com deficiência em classes comuns. Ela implica uma mudança de atitude, de comportamento, de concepção e de práticas relacionadas ao ensinar e aprender, ao papel da escola e ao direito de todos à educação. Ainda que o professor seja considerado pela sociedade o protagonista no processo de inclusão, ressalta-se que essa responsabilidade não pode — ou não deveria — recair unicamente sobre ele. A promoção de uma educação inclusiva envolve o compromisso articulado entre políticas públicas, instituição escolar, infraestrutura, recursos, famílias e comunidade.

Metodologia

Nesta pesquisa, de abordagem qualitativa, adotamos uma perspectiva crítica e reflexiva, ancorada nos pressupostos freirianos, que valorizam a articulação entre reflexão e ação no processo educativo. Nosso interesse volta-se para a compreensão de como as práticas docentes e a promoção da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil vêm sendo desenvolvidas nos CMEI do município de Foz do Iguaçu. Para alcançar esse objetivo, recorreremos à técnica de análise de conteúdo, conforme proposto por (Bardin, 1977), que possibilita a interpretação sistemática das comunicações, considerando o contexto social e histórico em que os discursos são produzidos. Nesse sentido, nas próximas seções, detalhamos os procedimentos metodológicos e a técnica de análise de dados adotados.

As etapas de produção do conhecimento da pesquisa envolvem um estudo de levantamento, com base em revisões de literatura e na aplicação de questionário semiestruturado (Gil, 2008), por meio da plataforma *Google Forms*. As revisões — uma de caráter narrativo e outra orientada por procedimentos sistemáticos — possibilitam, respectivamente, apresentar e discutir obras de pesquisadores brasileiros que contribuem para a compreensão da temática em foco, bem como investigar, no sistema informativo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), “[...] como as pesquisas brasileiras abordam as ações formativas e experiências docentes na formação de professores inclusivos para a concretização da educação inclusiva na educação infantil” (Indreli, 2025, p. 27).

Para garantir o acesso ético às informações compartilhadas de forma anônima por meio do questionário, elaborado com o intuito de conhecer as impressões docentes, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e aprovado conforme Parecer nº 6.287.010, de 6 de setembro de 2023. Foram incluídos os documentos exigidos, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o respeito aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

O questionário semiestruturado foi divulgado por meio de e-mails institucionais das coordenações pedagógicas, do Sindicato dos Professores Municipais e da página pessoal da autora da pesquisa de mestrado, na rede social Facebook. A coleta de dados ocorreu entre 3 de dezembro de 2023 e 13 de março de 2024. No município de Foz do Iguaçu, a Educação Infantil conta com um total de setecentos e trinta e oito professores, dos quais setenta e cinco responderam voluntariamente ao questionário, expressando opiniões e compartilhando experiências a partir de dez questões.

A análise dos dados foi conduzida segundo as etapas da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Na leitura inicial, realizou-se uma leitura flutuante das respostas, a fim de

possibilitar a familiarização com o material e a identificação dos primeiros significados presentes nos discursos dos professores. Na fase de categorização e interpretação, a partir dos objetivos da pesquisa, foram elaborados indicadores para orientar a categorização das respostas, permitindo a identificação de padrões, temas recorrentes e singularidades nas percepções e práticas inclusivas relatadas pelos docentes.

Para assegurar a consistência e a credibilidade dos dados analisados, recorreu-se à triangulação de informações e à validação das categorias interpretativas, reconhecendo-se as limitações do método e a importância da criatividade e do rigor por parte dos pesquisadores. Na etapa de reflexão crítica, a metodologia adotada permitiu desenvolver uma análise crítica sobre as práticas docentes, evidenciando tanto as dificuldades enfrentadas na promoção de uma educação inclusiva quanto as potencialidades formativas necessárias para qualificar as ações pedagógicas.

Resultados e discussões

Quando tomamos como ponto de partida uma práxis comprometida com a diferença, a educação inclusiva, para além da educação especial, propõe garantir a qualquer criança conviver e aprender com outras crianças. Nesse sentido, entende-se que os espaços escolares, diante da necessidade de uma formação docente de caráter multidisciplinar — conforme defendemos e apoiados em Sassaki (1997) e Mantoan (2003) —, demandam planejamentos educacionais voltados à cidadania, à luta contra preconceitos e à valorização das diferenças. Para tanto, o papel do educador revela-se fundamental, exigindo uma reflexão constante sobre a prática pedagógica, a adaptação de recursos e estratégias, bem como uma postura sensível ao acolhimento e comprometida com a equidade.

Essa perspectiva permite conceber a educação inclusiva como uma prática centrada na ação, cuja formação profissional nutre-se de reflexões críticas e de conhecimentos pedagógicos. Em consonância com Freire (1996), o exercício da docência é compreendido como uma prática que mobiliza a formação dos indivíduos, em sua dimensão social e histórica, no seu cotidiano.

No âmbito dos CMEI, é possível refletir que a inclusão pode se estabelecer como princípio orientador da prática pedagógica, que vislumbra uma postura docente comprometida com a formação plena da criança nas dimensões cognitiva, emocional e social. Ainda que conte com o apoio de profissionais especializados, o contexto inclusivo requer adaptações pedagógicas no cotidiano da sala comum, o que reforça a necessidade do professor como mediador entre teoria e prática, experiência e realidade escolar. Essa atuação exige um compromisso ético e político com direito à educação de excelência para todas as crianças. Conforme destaca Freire (1970, p. 59), os docentes “[...] em suas permanentes relações com a realidade, produzem não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, e suas concepções [...] criam a história e se fazem seres histórico-sociais”.

Dessa forma, com vistas a uma leitura interpretativa de pesquisas brasileiras que abordam ações formativas e experiências docentes voltadas à formação de professores inclusivos no contexto dos CMEI, realizou-se uma revisão de literatura com base nos estudos disponíveis na BDTD. Entre os resultados, destacam-se os seguintes elementos relativos às ações docentes — mas não somente — necessárias para instaurar o processo de inclusão:

1. promoção do trabalho em equipe por meio de práticas colaborativas (Souto, 2021);
2. falta de formação docente na Educação Infantil que aborde a temática da inclusão de forma crítica e reflexiva, incluindo questões como o diálogo e a problematização da reprodução mecânica de práticas sem envolvimento de aspectos teóricos e reflexivos (Rodrigues, 2022);
3. valorização da relação entre experiência docente, reflexão pedagógica e diálogo na construção de pontes entre universidade e escolas de Educação Básica, visando a práticas pedagógicas inclusivas (Silva, 2015);
4. reconhecimento da incorporação multidisciplinar ao processo de inclusão, como a participação da Fisioterapia na profissão docente para uma identidade profissional mais humana e inclusiva (Sampaio, 2015);
5. estabelecimento de diretrizes para a construção de políticas educacionais nas realidades municipais, visando a um trabalho voltado para uma educação séria e formativa e que propicie ambientes de aprendizagem adequados para as crianças com deficiência na Educação Infantil (Martins, 2018);
6. identificação dos saberes docentes relacionados à inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, bem como das práticas pedagógicas que apoiam esse processo (Guadagnino, 2021);
7. urgência na promoção de políticas públicas voltadas para melhorias estruturais e para a formação de professores na Educação Infantil, incluindo aperfeiçoamento profissional para superar barreiras como as atitudinais, que podem dificultar, por exemplo, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando o acesso ao currículo conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Soriano, 2022).

A formação docente orientada para uma perspectiva inclusiva requer o desenvolvimento de habilidades e competências específicas para o enfrentamento dos dilemas do cotidiano escolar.

Uma formação adequada é aquela que permite aos educadores refletirem suas práticas, promovendo o respeito à diversidade e aperfeiçoamento ao planejamento que atenda às necessidades educativas das crianças. No entanto, há resistências a novas abordagens de ensino, sendo preciso repensar planejamentos, adaptar práticas, superar a falta de recursos, pois são muitos os desafios (Indreli, 2025, p. 49).

Entre os dilemas enfrentados, Scussiatto (2015) aponta um descompasso entre a formação docente e as demandas concretas da realidade escolar, especialmente diante do crescimento de diagnósticos de crianças com deficiência e da ausência de suporte formativo e tecnológico adequado para atender às necessidades educacionais específicas desses alunos. Rosin-Pinola e Del Prette (2014) ressaltam da importância — ainda pouco considerada — do estabelecimento de parcerias entre professores da sala de aula comum e os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Kramm (2019), por sua vez, defende a valorização da perspectiva do professor inclusivo na primeira infância, com foco em estímulos cognitivos e psicomotores. Já Sasaki (1997) e Mantoan (2003) alertam para a necessidade de diferenciar claramente os conceitos de inclusão e integração: enquanto a inclusão amplia o desenvolvimento de habilidades

sociais e cognitivas em um ambiente coletivo e participativo para todas as crianças, a integração ainda se baseia em atendimentos separados.

Diante desse cenário, compreendemos ser importante investigar como os professores que atuam nos CMEI de Foz do Iguaçu percebem os desafios e as possibilidades de promover a inclusão de crianças com e sem deficiência nas salas de aula comuns. Para isso, utilizamos um questionário semiestruturado aplicado via *Google Forms*, cujos dados foram analisados à luz da Análise de Conteúdo, com o foco na unidade de registro ou de contexto, permitindo um aprofundamento da compreensão sobre as práticas docentes no cotidiano da Educação Infantil.

Das análises do questionário

Em relação ao perfil profissional, dos setenta e cinco participantes da pesquisa, a maior parte dos docentes atuantes nos CMEIs possui formação em nível de pós-graduação. Esse dado pode influenciar diretamente suas percepções e práticas relacionadas à promoção da inclusão, considerando as vivências formativas adquiridas ao longo de suas trajetórias profissionais. Em Foz do Iguaçu, a carreira docente segue o plano estabelecido pela legislação municipal, conforme regulamentado pela Lei nº 5.121/2022 (Foz do Iguaçu, 2022), que estimula a busca por qualificação profissional. Esse incentivo está alinhado com a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014), que reconhece o papel essencial dos professores de Educação Infantil na implementação de políticas educacionais inclusivas.

A Meta 15 do PNE estabelece que todos os professores devem possuir formação específica de nível superior na área de conhecimento em que atuam. Em Foz do Iguaçu/PR, a maioria dos professores que atua na educação infantil possui pós-graduação em educação. Isso está alinhado com as respostas obtidas na pergunta referente à escolarização, reafirmando a postura formativa dos docentes, cujo plano de carreira oferece oportunidades para avanço, incluindo a possibilidade de prosseguimento até o nível de mestrado (Indreli, 2025, p. 57).

No que se refere à experiência com crianças com deficiência ou necessidades educacionais específicas, mais da metade dos docentes afirmou já ter atuado nesse contexto por pelo menos um ano, sendo que nenhum ultrapassa trinta anos de experiência. Quando os professores foram questionados sobre os desafios relacionados à formação docente e inclusão escolar, eles revelaram que tanto a formação inicial quanto a continuada influenciam significativamente a prática inclusiva. Muitos relataram não se sentirem adequadamente preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que evidencia a necessidade premente de programas de capacitação que contemplem a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil.

Ao investigarmos os desafios para realizar o processo de inclusão na sala de aula, emergiram quatro núcleos temáticos — Condições de Trabalho, Formação Profissional, Estrutura e Recursos e Apoio Familiar —, conforme sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Resultados gerais

NÚCLEOS	ELEMENTOS	O FAZER E O PENSAR SOBRE O FAZER (Práticas)
Condições de trabalho	Falta de apoio pedagógico; quantidades de crianças por sala; falta de conhecimento do professor; falta de material de apoio pedagógico adequado.	• Acolhimento e carinho; • Trabalhar o lúdico; • Utilização de materiais concretos e adaptados; • Flexibilização de metodologias; • Trabalho colaborativo entre docentes e outros profissionais da educação; • Famílias e profissionais de apoio; • Apoio de práticas multidisciplinares, como a fisioterapia, para atendimento das necessidades específicas das crianças.
Formação Profissional	Falta de preparo e formação específica; falta de professor; conhecimento sobre especificidade.	
Estrutura e Recursos	Falta de recursos (materiais); estrutura física adequada para o aluno; estrutura pedagógica.	
Apoio Familiar	Aceitação e adaptação familiar; envolvimento familiar no processo educativo; apoio familiar, acesso e recursos.	

Fonte: Autoras (2025) a partir de Indreli (2025).

Em suma, a análise revela que as discussões sobre inclusão educacional envolvem aspectos relacionados à sobrecarga de trabalho dos profissionais, à formação e preparo docente, à estrutura das instituições de ensino e ao apoio familiar. Quando esses fatores não são trabalhados de maneira colaborativa e integrada, tornam-se obstáculos à efetivação de práticas inclusivas, perpetuando barreiras estruturais presentes no sistema educacional. Como já apontava Mantoan (2003), a inclusão escolar exige transformações não apenas no âmbito pedagógico, mas também na cultura organizacional da escola.

Nas respostas às questões referentes às práticas (o fazer e o pensar sobre o fazer), observamos, a partir dos relatos docentes, a sinalização da disparidade no progresso educacional entre crianças com deficiência e aquelas sem deficiência. Essa percepção é ilustrada, de forma contundente no relato do Docente 69:

Eu penso que ambas possuem especificidades quanto a suas formas de desenvolvimento educacional, umas mais que outras, porém todas possuem. A diferença está na forma como são conduzidas em seu desenvolvimento educacional. O que percebo e vejo muito é que crianças com NEE, muitas vezes, são negligenciadas quanto ao tratamento no atendimento. Um exemplo é quando a criança não quer fazer uma atividade (digase de passagem, qualquer criança tem esses momentos) e, por ela não querer, ela é dispensada de realizar a tarefa, e outra criança não tem o mesmo tratamento, sai da sala pra não “atrapalhar” os outros, mas, nesse momento, tá no pátio ou na sala dos professores, mexendo no tablet do professor, e detalhe, quem acompanha o aluno não é um professor, é estagiário, que também não é orientado adequadamente no seu trabalho. E se o aluno não faz as atividades propostas, os pais questionam que o aluno não está aprendendo. O que vejo é: colocam o aluno na escola e a escola que se vire com a criança, pois quando vem alguém da SMED fica 2h observando, dá alguma orientação de como evitar processos ou reclamações na ouvidoria ou ministério público (Docente 69) (Indreli, 2025, p. 67).

Além das críticas apontadas, os professores também relataram estratégias pedagógicas utilizadas no cotidiano escolar, como pode ser observado nas respostas dos Docentes 11 e 15:

Primeiramente, o afeto, a proximidade e a confiança das crianças, tento buscar medidas que supram as necessidades de acordo com a necessidade de cada um, uns são mais visuais, outros de toque, outros do diálogo, buscando sempre a ludicidade como suporte específico (Docente 11).

Procurar sempre tocar na criança com afeto para que ela se sinta amada e para ter a sua atenção. Falar devagar e de forma objetiva para que compreendam melhor e, se necessário, repetir a instrução. Projetos de incentivo à disciplina. Ter sempre algo a mais para oferecer aqueles que tenham hiperatividade, dentre outros (Docente 15) (Indreli, 2025, p. 69).

Essas práticas, por eles assumidas, contribuem para reforçar a compreensão de que a inclusão é possível quando há um planejamento pedagógico sensível e comprometido, como destaca Indreli (2025). A pesquisa realizada com os professores da rede municipal revela evidências de que muitos deles adotam uma postura crítica e reflexiva sobre sua atuação em contextos inclusivos — o que constitui um elemento essencial para o repensar das práticas educativas e para a promoção das transformações necessárias à construção de espaços escolares verdadeiramente inclusivos.

Com base nos resultados obtidos, organizamos um plano de ação no formato de uma cartilha digital, conforme apresentado na Figura 1, destinada a orientar e subsidiar práticas pedagógicas inclusivas nos CMEI.

Figura 1 – Cartilha (in)formativa intitulada “Educação Inclusiva na educação infantil: Reflexões para uma prática transformadora”¹



Fonte: Autoras (2025) a partir de Indreli (2025).

A proposta da cartilha visa a fortalecer o planejamento docente, fomentar a formação continuada e promover práticas educativas que respeitem e valorizem as singularidades de

¹ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/10q8FCnClzufXGGspR2fqL1W1M5NYYYI/view>. Acesso em: 13 jun. 2025.

cada criança, contribuindo para a construção de ambientes educacionais mais equitativos e acolhedores.

Ressaltamos aos docentes que utilizarem esse material que seu conteúdo deve ser compreendido como um instrumento de reflexão pedagógica, podendo, portanto, ser repensado ou adaptado às realidades específicas do contexto escolar em que atuam. Partimos do princípio de que a formação continuada constitui-se uma necessidade urgente, a fim de que os professores se sintam preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

Considerações finais

Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado, de caráter crítico e reflexivo, fundamentada em referenciais teóricos como Paulo Freire e outros autores que valorizam a humanização da prática educativa. Nesse contexto, partimos do pressuposto de que a reflexão, a ação e o diálogo são elementos necessários para vencer os desafios e promover a inclusão nas salas de aula comuns dos CMEI, com foco na realidade do município de Foz do Iguaçu.

O aumento das matrículas de crianças com deficiência na Educação Infantil exige um olhar cuidadoso para as práticas pedagógicas adotadas. Assim, apresentar as percepções de docentes sobre práticas inclusivas e identificar os desafios enfrentados por esses profissionais revela-se pertinente para refletir sobre possíveis mudanças no ambiente escolar. Isso porque o processo de inclusão é um compromisso coletivo e, portanto, não pode recair unicamente sobre a responsabilidade docente.

Os resultados da investigação, analisados à luz da Análise de Conteúdo, mostram que, apesar dos avanços na formação dos professores dos CMEI no sentido da inclusão, persistem desafios estruturais. Os docentes reconhecem que a inclusão é desejável e possível, desde que sejam asseguradas condições adequadas de trabalho, formação continuada, apoio institucional e envolvimento familiar. Os relatos evidenciam uma consciência crítica sobre a prática docente, reconhecendo a necessidade de repensar de ações e apontando fragilidades como a falta de diálogo com as famílias e a carência de suporte formativo por parte da instituição escolar. Nesse sentido, a pesquisa reafirma a urgência da formação continuada como elemento essencial para desenvolver e aperfeiçoar abordagens pedagógicas inclusivas que considerem as necessidades educativas das crianças.

Os professores participantes demonstraram comprometimento com a inclusão e sugeriram ações concretas para sua efetivação em sala de aula, como acolhimento e carinho no cotidiano escolar; valorização do lúdico; uso de materiais concretos e adaptados; flexibilização de metodologias; trabalho colaborativo entre docentes, outros profissionais da educação, famílias e equipes de apoio; presença de práticas multidisciplinares, como a fisioterapia, visando a atender às demandas específicas das crianças.

As manifestações docentes também contribuíram para a elaboração de uma cartilha digital, que tem como objetivo fortalecer o planejamento docente, fomentar a necessidade de formação contínua e promover práticas que respeitem e valorizem as singularidades de cada criança.

Dessa forma, esperamos que este estudo contribua na construção de ambientes educacionais fundamentados na perspectiva inclusiva, reafirmando o direito de toda criança à aprendizagem, ao afeto e à dignidade no contexto escolar. Ressaltamos que a abrangência da pesquisa está restrita aos CMEI de Foz do Iguaçu, e o número de participantes não permite generalizações para outros contextos. Fica, portanto, o convite para a realização de novos estudos que ampliem esse olhar para outras redes municipais e regionais, incluindo a escuta de famílias e demais profissionais que também integram os espaços educativos e são parte fundamental na efetivação do processo inclusivo.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Ed. Extra, pág. 1. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gsJpa>. Acesso em: 11 mar. 2025.

FOZ DO IGUAÇU. Lei ordinária n.º 5121, de 20 de junho de 2022. Altera a Lei n.º 4362, de 17 de agosto de 2015, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Foz do Iguaçu e revoga dispositivos da Lei n.º 1997, de 13 de março de 1996. Disponível em: <http://leismunicipa.is/zdhyj>. **Diário Oficial do Município**: Foz do Iguaçu, 2022. Acesso em: 10 abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1970.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <http://bit.ly/3YDAEew>. Acesso em: 29 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUADAGNINO, K dos S. **Saberes docentes e práticas pedagógicas que favorecem a inclusão da Criança com deficiência na Educação Infantil**. 2021. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/dcb1cd7a-5afa-4b0d-8815-109fe46457a0/content>. Acesso em: 29 maio 2023.

INDRELI, A. **Práticas e desafios da inclusão**: percepções docentes nos Centros Municipais de Educação Infantil de Foz do Iguaçu/PR. 2025. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2025. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7779>. Acesso em: 13 jun. 2025.

KRAMM, D. L. **Políticas de formação de professores da educação básica no Brasil**. Mestrado (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://bitly.ws/3eGaF>. Acesso em: 3 maio 2023.

MARTINS, C. de A. F. **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil**: políticas públicas na visão dos professores. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157210>. Acesso em: 28 maio 2023.

RODRIGUES, L. S. **As ações de formação continuada de professores da educação infantil, na perspectiva da inclusão, na rede municipal de ensino de Uberlândia de 2008 a 2020**. 130 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36135>. Acesso em: 28 maio 2023.

ROSIN-PINOLA, A. R.; DEL PRETTE, Z. A. P. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 3, p. 341-356, jul./set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qX5fThgbxB86THg6y8rg6LS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SAMPAIO, A. da S. S. **Educação inclusiva**: contribuições da fisioterapia na formação docente. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19227>. Acesso em: 14 maio 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA 1997.

SCUSSIATTO, C. C. **Prática pedagógicas e dificuldades de aprendizagem**: processos de inclusão e exclusão na perspectiva dos professores. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/970>. Acesso em: 22 maio 2023.

SENADO FEDERAL. Rádio Senado. **Censo Escolar mostra aumento de matrículas de pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/04/11/censo-escolar-mostra-aumento-de-matriculas-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 9 maio 2024.

SILVA, M. C. da. **Formação continuada e educação especial**: a experiência como constitutiva do formar-se. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/128922>. Acesso em: 1 mar. 2024.

SORIANO, F. D. F. **Autoeficácia e a percepção de professores de Educação Infantil sobre sua formação e atuação com crianças com Transtorno do Espectro Autista**. 2022, 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/d56bf0c8-cd59-4527-8378-20aaf21f8886>. Acesso em: 1 mar. 2023.

SOUTO, M. J. de. **Cultura escolar e inclusão na educação infantil**: um estudo em uma escola de aplicação. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44810>. Acesso em: 28 maio 2023.